

CIDADANIA – POLÍTICAS DE IGUALDADE NO BRASIL

MULHERES

As mulheres representaram no início do século XX contingente expressivo de mão-de-obra industrial e também da PEA – População economicamente ativa sendo que, em 1900, o percentual era de 45,3%.

Mas essa situação reverteu-se nos anos seguintes...

Quando acelerou - se a industrialização brasileira e quando as oportunidades de trabalho e de formação profissional cresceram, as mulheres foram sendo gradativamente afastadas do mercado de trabalho, substituídas pela mão-de-obra masculina. Depois de representar quase metade do mercado de trabalho no início do século XX, na década de 20, a participação do trabalho feminino na População Economicamente Ativa tinha reduzido para pouco mais de 15%, mantendo - se nesta faixa até a década de 60.

Até a década de 30 a mulher não era considerada cidadã: quando a Constituição falava de igualdade perante a lei não referia - se às mulheres. “Para ser eleitor era necessário ser rico, branco e homem. Pobres, negros e mulheres não podiam votar nem os analfabetos. A luta das mulheres pelo voto teve início em 1850, quando surgiram as primeiras organizações feministas e tomou impulso em 1917, com o movimento sufragista”. (CFENEA).

Depois de uma longa luta, finalmente em 1932, o governo Getúlio Vargas, formado após a chamada Revolução de 1930, promulgou o novo Código Eleitoral pelo Decreto 21.076, garantindo o direito de voto às mulheres brasileiras.

No ano de 1943, foi promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Refletindo o arcaísmo do Código Civil, que considerava a mulher incapaz civilmente, a CLT previu em seu artigo 446: “Presume – se autorizado o trabalho da mulher casada e do menor de 21 anos e maior de 18. Em caso de oposição conjugal ou paterna, poderá a mulher ou o menor recorrer ao suprimento da autoridade judiciária competente... Ao marido ou pai é facultado pleitear a rescisão do contrato de trabalho, quando a sua continuação for suscetível de acarretar ameaças aos vínculos da família, perigo manifesto às condições peculiares da mulher ou prejuízo de ordem física ou moral para o menor.”

Nas décadas de 50 e 60, o mundo passou por uma grande revolução cultural e nos costumes, a adoção de novos métodos contraceptivos, em particular a da pílula anticoncepcional, liberalizou os hábitos sexuais e abriu espaço para planejamento familiar.

Nas décadas de 60, 70 e 80, refletindo a crescente participação no mercado de trabalho, diversos direitos previdenciários das mulheres:

- Na Lei orgânica de Previdência Social, em 1960, as mulheres na aposentadoria por idade e compulsória passaram a aposentar – se cinco anos mais cedo que os homens;
- Em 1967, através de uma emenda Constitucional, a diferenciação foi estendida à aposentadoria por tempo de serviço, que as mulheres passaram a ter direito aos 30 anos, em termos integrais;
- Em 1971, as mulheres rurais tiveram acesso a um embrião de Previdência Social, com benefícios no valor de meio salário mínimo;
- Em 1972, os empregados domésticos, majoritariamente do sexo feminino, foram enquadrados como segurados obrigatórios da Previdência Social e tiveram reconhecidos alguns direitos trabalhistas;
- Em 1973, a Previdência Social equiparou a companheira mantida há mais de cinco anos à esposa para efeito de direitos previdenciários, como por exemplo, pensão por morte.
- Em 1974, através da Lei 6.136/74, o salário-maternidade foi incorporado ao Plano de Benefícios da Previdência Social, deixando de ser um encargo trabalhista, bancado pelo patrão isoladamente, e passou a ser um encargo social, custeado pela sociedade e pelo Estado;
- Em 1981, através de uma Emenda Constitucional, foi reduzida a idade de aposentadoria por tempo de serviço dos professores em cinco anos;

A Constituição Federal de 1988 implicou grandes conquistas democráticas e sociais para as mulheres: Diversos artigos previram a não discriminação por motivo de sexo, a licença – maternidade foi estendida para 120 dias e foi criada a licença – paternidade de cinco dias, a mulher grávida passou a ter estabilidade no emprego desde a confirmação da gravidez até cinco meses até o parto.

Em 1960, as mulheres representavam 17,9% da população economicamente ativa: 4,1 milhões de mulheres; em 1997 pularam para 42% da PEA: 27 milhões de mulheres.

Em termos de salários, de acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, de 1995:

O rendimento médio dos homens ficava em 6,1 salários mínimos e das mulheres 4,6 S. M;

- Os homens com curso superior ganhavam, em média 17,3 S.M, enquanto as mulheres na mesma situação recebiam 10,1 S. M.

OS DIREITOS SOCIAIS DAS MULHERES

Princípio da não discriminação

À Constituição Federal de 1988 garante, em diversos artigos, o princípio da não discriminação da mulher: dentre os objetivos da República Federativa do Brasil, consta o de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. No capítulo de direitos e deveres individuais e coletivos, está previsto que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”.

O que a Constituição permite, é a chamada discriminação positiva, ou seja, a adoção de medidas diferenciadas em favor das mulheres, desde que tenham como função atenuar desigualdades em relação aos homens. O 08 de março tem sido comemorado anualmente desde a década de 20 do século passado em todo mundo como símbolo da luta das mulheres pela sua emancipação. A data foi adotada por causa do episódio de 1857, quando 120 mulheres foram queimadas vivas em Nova Iorque por pleitearem melhores condições de trabalhos junto aos patrões.

A partir 1975, a ONU instituiu o 08 de março como dia internacional da mulher.

Direitos Político das Mulheres:

- Direito de votar e ser votada
- Sub-representação feminina: cotas de 30% de candidaturas para mulheres.

Princípio de Igualdade no Trabalho:

- Garantia de Isonomia Salarial;
- Discriminação às domésticas – A maioria não possui carteira assinada;
- Condições de trabalho;
- Vedação de trabalho pesado;
- Formação de mão-de-obra;

Proteção à Maternidade:

- Garantia no emprego;
- Condições de trabalho;
- Licença à gestante;
- Licença paternidade;
- Amamentação;
- Direito à creche;
- Creche e pré – escolas estatais;
- Licença à mãe adotante

Mulher e Saúde:

- Atendimento integral e gratuito;
- Cirurgia reparadora de mama;
- Bolsa – Alimentação;
- Planejamento familiar;
- O aborto legal.

Direitos Previdenciários:

- Mulher é titular na Previdência;
- Aposentadoria mais cedo;
- Pensão por morte;
- Salário–maternidade; auxílio–doença; auxílio-acidente; aposentadoria por invalidez; salário-família; auxílio-reclusão,

Atendimento Prioritário:

As repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos, bem como instituições financeiras, estão obrigadas a dispensar atendimento prioritário às gestantes e lactentes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo.

As empresas de transporte e as concessionárias de transporte coletivo reservarão assentos, devidamente identificados, às gestantes, lactentes e pessoas acompanhadas de crianças de colo.

HOMOSSEXUAIS

A Constituição de 1988 estabeleceu dispositivos antidiscriminatórios muito claros e orientações em defesa da igualdade em muitos de seus artigos. No momento, ficou a ausência de previsão de uma política antidiscriminatória em relação aos homossexuais.

A discussão política que culminou com a aprovação do texto Constitucional, o deputado José Genoino (PT/SP) propôs uma emenda garantindo que nenhum cidadão ou cidadã brasileira seria discriminado em função de sua opção sexual. Essa emenda foi rejeitada pelos deputados que mantiveram a homossexualidade na clandestinidade e sem qualquer referência na sua ordem jurídica.

No plano institucional a deputada federal Marta Suplicy (PT/SP) apresentou, em 26 de outubro de 1995, o projeto de lei número 1.151/95, que “disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo.”

Na justificativa do seu projeto, Marta Suplicy afirma que “a ninguém é dado ignorar que a heterossexualidade não é a única forma de expressão da sexualidade da pessoa humana”. O Conselho Federal de Medicina, antecipou – se à Organização Mundial da Saúde, já em 1985, tornou – se sem efeito o código 302, o da Classificação Internacional de

Doenças, não considerando mais a homossexualidade como “desvio ou transtorno sexual!!!!...

Depois de idas e vindas nas comissões sem que seguisse a sua tramitação normal, em 12 de junho de 1996, por ato do então presidente da Câmara dos Deputados, Luiz Eduardo Magalhães (PFL/BA), foi instalada Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre o projeto. Submetido à apreciação de Comissão Especial, o substitutivo do projeto de lei 1.151/95 foi aprovado por 11 votos a 5, com algumas alterações: o termo união civil foi substituído por parceria civil e ficaram vedadas quaisquer disposições sobre adoção, tutela ou guarda de crianças e adolescentes em conjunto, mesmo que sejam filhos de um dos parceiros.

Pontos do Projeto de Parceria Civil:

- A constituição de parceria civil:

A parceria civil registrada entre duas pessoas do mesmo sexo constitui – se – á mediante registro em livro próprio, nos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais. Os interessados comparecerão perante os oficiais de Registro Civil, apresentando os seguintes documentos: a) declaração de serem solteiros, viúvos, ou divorciados; b) prova de capacidade civil absoluta, mediante apresentação de certidão de idade ou prova equivalente; c) instrumento público do contrato de parceria civil.

O estado civil dos contratantes não poderá ser alterado na vigência do contrato de parceria civil registrada. O contrato será lavrado em Ofício de Notas, sendo livremente pactuado e versando sobre disposições patrimoniais, deveres, impedimentos e obrigações mútuas. Somente por disposições expressa do contrato, as regras nele estabelecidas também serão aplicadas retroativamente, caso tenha havido concorrência para formação de patrimônio comum. São vedadas quaisquer disposições sobre adoção, tutela ou guarda de criança ou adolescentes em conjunto, mesmo que sejam filhos de um parceiros.

A extinção da parceria civil

A extinção da parceria registrada ocorrerá: a) pela morte de um dos contratantes; b) mediante decretação judicial; c) de forma consensual, homologada pelo juiz, Qualquer uma das partes poderá requerer a extinção da parceria civil: a) demonstrando a infração contratual em que se fundamenta o pedido; b) alegando o desinteresse na sua continuidade.

A sentença que extinguir a parceria registrada conterà a partilha dos bens dos interessados, de acordo com o disposto no contrato. É nulo de pleno direito o contrato de parceria registrada feito com mais de uma pessoa.

Direitos previdenciários

Registrado o contrato de parceria civil, o parceiro será considerado beneficiário do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependente do segurado. Assim, em caso de morte de um dos parceiros segurado do INSS, o outro fará jus à pensão por morte e no caso de prisão, auxílio – reclusão. A extinção do contrato de parceria registrada implica o cancelamento da inscrição de dependente no INSS.

O parceiro que comprove a parceria civil registrada será considerado beneficiário da pensão prevista na Lei 8.112/90, que regulamentou a previdência dos servidores públicos federais. No âmbito da administração pública, os Estados, os municípios e o Distrito Federal disciplinarão, através de legislação própria, os benefícios previdenciários de seus servidores que mantenham parceria civil registrada com pessoa do mesmo sexo.

Direito à herança:

São garantidos aos contratantes de parceria civil registrada com pessoa do mesmo sexo, desde a data de sua constituição, os direitos à sucessão, nas seguintes condições: a) o parceiro sobrevivente terá direitos, desde que não firme novo contrato de parceria civil registrada, ao usufruto da quarta parte dos bens do de cujus, se houver filhos deste; b) o parceiro sobrevivente terá direito, enquanto não contratar nova parceria civil registrada, ao usufruto da metade dos bens do de cujus, se não houver filhos, embora não sobrevivam ascendentes; c) na falta de descendentes e ascendentes, o parceiro sobrevivente terá direito à totalidade da herança; d) se os bens deixados pelo autor da herança resultar de atividade em que haja a colaboração do parceiro, terá o sobrevivente direito à metade dos bens.

Demais direitos garantidos:

É reconhecido aos parceiros o direito de composição de rendas para aquisição da casa própria e todos os direitos relativos a plano de saúde e seguro em grupo. Será admitida aos parceiros a inscrição como dependente para efeito da legislação tributária.

O bem imóvel próprio e comum dos contratantes de parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo é impenhorável nos termos previstos em lei.

Direitos dos Homossexuais

Princípio da não discriminação

O que diz a Constituição – A Constituição Federal não condena expressamente a discriminação à pessoa em função de sua opção sexual. Mas existem diversas orientações genéricas antidiscriminatórias, que implicitamente incluem a defesa da população homossexual. A Constituição, nos seus princípios fundamentais, enumera como um dos princípios do Estado Democrático de Direito a dignidade da pessoa humana. Dentre os objetivos da República Federativa do Brasil está a promoção do bem estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. No capítulo dos direitos sociais e coletivos, prevê – se que todos são iguais perante a lei,

sem distinção de qualquer natureza. É exatamente com base nessas orientações generalizadas antidiscriminatórias que o Poder Judiciário vem se apoiando para garantir diversos avanços legais para a população homossexual.

Discriminação tem que acabar – A ex-deputada federal Marta Suplicy defendeu o seu projeto de lei com a seguinte argumentação: “O projeto pretende fazer valer o direito à orientação sexual, hetero, bi ou homossexual, enquanto expressão dos direitos inerentes à pessoa humana. Se os indivíduos têm direito à busca da felicidade, por uma norma imposta pelo direito natural a todas civilizações, não há porque continuar negando ou querendo desconhecer que muitas pessoas só são felizes se ligadas a outras pessoas do mesmo sexo. Longe de escândalos ou anomalias, é forçoso reconhecer que estas pessoas só buscam o respeito às uniões enquanto parceiros, respeito e consideração que lhes é devido pela sociedade e pelo Estado”.

Dependência homossexual no INSS:

Justiça gaúcha reconhece direito – Uma das decisões mais importantes, de maior repercussão e de abrangência nacional em favor da população homossexual, foi proferida, em caráter liminar, pela juíza Simone Barbisan Fortes, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com sede em Porto Alegre, que equiparou as relações homossexuais às heterossexuais para fins de dependência previdenciária no INSS. Essa decisão foi mantida, ainda em caráter liminar, pelo Supremo tribunal federal, o que o obrigou o INSS a regulamentá-la para os seus segurados (as). Essa decisão foi resultado de uma iniciativa do Ministério Público gaúcho, a partir de uma representação da ONG Nuances, que definiu a ausência de pensões como uma “prática discriminatória e atentatória aos direitos humanos de gays e lésbicas”.

A regulamentação da dependência:

O INSS regulamentou a dependência homossexual, através da Instrução Normativa 25, de 7 de junho de 2000. A comprovação de união estável entre casais homossexuais e dependência econômica para efeito de pensão por morte ou auxílio-reclusão, far-se-á através dos seguintes documentos: a) declaração de Imposto de Renda do segurado, em que consiste o interessado como seu dependente; b) disposições testamentárias; c) declaração especial feita perante o tabelião (escritura pública declaratória de dependência econômica); d) prova de mesmo domicílio; e) prova de encargos domésticos evidentes e existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil; f) procuração ou fiança reciprocamente outorgada; g) conta bancária conjunta; h) registro em associação de classe, onde conste o interessado como dependente do segurado; i) anotação constante de ficha ou livro de registro de empregados; j) apólice de seguro da qual conste o segurado como instituidor do seguro e a pessoa interessada como sua beneficiária; l) ficha de tratamento em instituição de assistência médica da qual conste o segurado como responsável; m) escritura de compra e venda de imóvel pelo segurado em nome do dependente; n) quaisquer outros documentos que possam levar à convicção do fato a comprovar. Para comprovação da união estável e dependência econômica, os documentos enumerados nos incisos a, b e d constituem, por si só, prova bastante e suficiente, devendo os demais serem considerados em conjunto de no mínimo três, corroborados, quando necessário, mediante justificação administrativa.

Desde quando vale a decisão:

Portanto, o companheiro ou a companheira homossexual de segurado do INSS passa a integrar o rol dos dependentes e, desde que comprovada a união estável, concorrem, para fins de pensão por morte e auxílio-reclusão, com os dependentes preferenciais (cônjuge, companheiro ou companheiro e o filho não emancipado), independentemente da data do óbito, ou seja, mesmo que tenha ocorrido anteriormente à data da decisão judicial proferida pela Justiça gaúcha.

Previdência dos servidores:

A decisão válida para o INSS, vem sendo gradativamente estendida à previdência dos servidores públicos, sobretudo no Rio Grande do Sul. Alguns municípios, como Recife e Pelotas, estão também implantando a dependência homossexual em seus sistemas previdenciários. No Rio de Janeiro, a Assembléia Legislativa aprovou um projeto de semelhante teor, mas por pressão de grupos religiosos, o governador Anthony Garotinho decidiu vetá-lo. Dependência homossexual é um direito dos servidores, pois nesse caso devem ser seguidas as regras do INSS.

Direito à herança:

Pioneirismo da Justiça gaúcha – Segundo noticiou a Folha de S. Paulo, em 17 de março de 2001, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, “em uma decisão inédita no Brasil, reconheceu direito de ser meeiro o homossexual que manteve relação estável com outro. Meeiro é o cônjuge que, segundo o direito de família, tem direito a 50% do espólio após a morte do companheiro. A filha do morto requeria, no processo, toda a herança deixada pelo pai. Os bens, no entanto, haviam sido adquiridos em conjunto pelos homossexuais. Ela teve, então, de ficar com os outros 50% do patrimônio, pois é descendente direta e, por isso, herdeira necessária”.

Família pelos vínculos de afeto – Para a desembargadora Maria Berenice Dias, que participou do julgamento, “decisão é o maior precedente que tivemos em termos de direitos de homossexuais, é o ápice de toda uma evolução no direito de família. O que ocorreu foi o reconhecimento da família pelos vínculos de afeto. O conceito legal de família, que era exclusivamente a relação originária do casamento, agora acabou. A constituição da família independe de casamento, opção sexual ou de haver finalidade procriativa”. Segundo a desembargadora, os bens foram divididos apenas porque o companheiro morto tinha uma filha. Caso não a tivesse, 100% dos bens ficariam com o cônjuge sobrevivente, independentemente de haver outros parentes.

Partilha de bens entre homossexuais:

Justiça baiana – Outra decisão importante sobre os direitos das pessoas homossexuais veio da Justiça baiana. Desta vez, a disputa era entre duas pessoas homossexuais, em torno da partilha de bens depois da separação de uma relação de cinco anos. O Tribunal de Justiça da Bahia, analisando o processo, definiu pela partilha ao meio

dos bens adquiridos em conjunta por duas lésbicas, definindo para cada uma 50% do valor do apartamento em que ambas moravam, em Salvador.

Primeira vez no país – O desembargador Mário Albiani explicou a base jurídica dessa decisão: “Como no Brasil não existe uma legislação específica para a divisão de bens entre homossexuais, nós nos baseamos na lei que rege o casamento tradicional”. O Tribunal de justiça da Bahia informou que a decisão tomada é a primeira envolvendo homossexuais vivos no país.

Guarda ou adoção de filhos por homossexuais:

A família arco-íris – Os avanços conseguidos pelos casais homossexuais na Justiça foram relatados em reportagem da Folha de S.Paulo em 31 de março de 2002: “Com as devidas variantes, eles formam famílias homossexuais ou famílias arco-íris, símbolo da diversidade adotado pelo movimento homossexual. Embora não haja estatísticas a respeito, as famílias alternativas vêm crescendo em número e visibilidade. Para muitos casais homossexuais, a “família” se completa com filhos adotivos ou a guarda de crianças ou adolescentes assim como na família heterossexual a prole completa o casal. Para as lésbicas, quando não trazem filhos de casamentos anteriores, valem as inseminações caseiras ou a ajuda de amigos. Aos gays, se já não têm filhos biológicos, o caminho mais freqüente é a adoção ou guarda de crianças”. Na matéria é destacado que, no momento, “a lei não contempla a adoção por dois homens ou duas mulheres. Criada pelo casal homossexual, a criança só terá vínculos legais com aquele que adotou”.

Inovação em Minas Gerais – Segundo o jornal “Estado de Minas” trata-se de um fato inédito na história do direito brasileiro. “Pela primeira vez, a Justiça concede a um casal assumidamente gay, o direito de criar e educar uma criança, no caso, uma menina de dois anos e oito meses”. De acordo com o juiz que proferiu a sentença, Marcos Henrique Caldeira Bran, da Vara Criminal e de Menores de Santa Luzia/MG, “é uma questão singular, delicada e controvertida. Não se trata de adoção, guarda ou tutela, conforme preconiz o Estatuto da Criança e do Adolescente, já que um deles é o pai biológico. A Justiça está reconhecendo a dois homens que vivem uma relação homo - afetiva, sendo um deles transexual, a garantia de que poderão ficar com a criança. É o reconhecimento da paternidade gay. Estou atentando para o princípio constitucional da proteção integral da criança”. A decisão de guarda do filho por um casal homossexual foi inteiramente aprovada pela ex-freira vicentina e assistente social Therezinha de Almeida Viana, que acompanhou o caso de perto. Diz ela: “Foi uma decisão acertada, corajosa e meticulosa, pois a criança está sendo muito bem tratada. Tem tudo de bom e do melhor. Como o tempo a criança vai se adaptar à situação. A vitória é do afeto e não do comportamento sexual”.

O caso Cássia Eller – Saudada pela imprensa como uma decisão inédita no Brasil, o que não é verdade, o caso da guarda do filho de Cássia Eller propiciou mais uma importante decisão em favor da população homossexual. A companheira da cantora, Maria Eugênia Vieira Martins, ganhou na justiça a guarda provisória do filho da roqueira, Francisco Ribeiro Eller, o Chicão, de 8 anos. A decisão do juiz da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Rio Leonardo de Castro Gomes, cria jurisprudência para futuros casos que ocorram entre casais homossexuais. Segundo o Jornal do Brasil “a decisão foi guiada pelo

Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê que seja analisado o melhor interesse da criança. Se fosse tomado como base o Código Civil, Chicão ficaria sob responsabilidade dos avós maternos”. Em entrevista ao jornal o juiz autor da decisão afirma: “A prioridade é não retirar a criança do seio da família. O vínculo afetivo do menino está com a companheira da mãe, ao lado de quem foi criado. Isso deve ser levado em consideração”.

Status de família vai demorar – As decisões judiciais sobre guarda de filhos por famílias homossexuais são, na prática, o reconhecimento da família arco-íris. Mas no Congresso Nacional, dificilmente isso será aprovado. O projeto de lei da ex-deputada federal Marta Suplery com substantivo do deputado Roberto Jefferson, trata apenas da parceria civil para fins de direitos sociais e de propriedade. Ainda assim, está empacado há anos. O substitutivo veda “quaisquer disposições sobre adoção, tutela ou guarda de crianças ou adolescentes em conjunto, mesmo que sejam filhos de um dos parceiros”. Para o advogado Eduardo Piza Gomes de Mello, um dos autores da proposta de parceria civil, “o projeto está superado porque não considera que há uma relação afetiva entre as partes”. Mas neste momento, avalia Piza, este é o passo possível.

Tratamento gratuito do HIV e AIDS

Uma grande conquista – A lei Federal 9.313/96 representou um grande avanço. Garantiu que os portadores do HIV e doentes de AIDS receberão, gratuitamente, do Sistema único de Saúde, toda a medicação necessária ao seu tratamento. É evidente, que os homossexuais não constituem o único grupo de risco dessa doença, mas é ainda um grupo bastante representativo na incidência de HIV e AIDS. Por isso, a medicação gratuita é uma conquista da população em geral, e, especialmente, da população homossexual.

Leis antidiscriminatórias

Direito à opção sexual nos municípios – Nos últimos anos, diversos municípios aprovaram leis antidiscriminatórias em favor da população homossexual, dentre eles: Salvador, Juiz de Fora e Belo Horizonte. A Lei 8.176/01, aprovada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, prevê que o Poder Executivo imporá penalidade para o estabelecimento comercial ou industrial, para entidades, representações, associações, sociedades civil ou de prestação de serviços que, por atos de seus proprietários ou prepostos, discriminem pessoas em função de sua orientação sexual ou contra elas adotarem atos de coação ou de violência. Entende – se por discriminação: a) o constrangimento; b) a proibição de ingresso ou permanência; c) o preterimento quando da ocupação e/ou imposição de pagamento de mais de uma unidade, nos casos de hotéis e similares; d) o atendimento; e) a cobrança para ingresso ou permanência.

Lei estadual

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais aprovou uma lei mais abrangente sobre a discriminação contra homossexuais. Serão considerados como discriminação, dentre outros, os seguintes atos: a) coibir manifestação de afeto em estabelecimento aberto ao público; b) impedimento, preterição ou tratamento diferenciado nas relações que envolvem aquisição, locação, arrendamento ou empréstimo de bens móveis ou imóveis, para qualquer

finalidade; c) demissão, punição, impedimento do acesso, preterição ou tratamento diferenciado nas relações que envolvem o acesso ao emprego e o exercício das atividades profissionais.

Propostas do governo federal

A nova versão do Programa Nacional de direitos humanos, sob a coordenação do secretário Paulo Sérgio Pinheiro, prevê o seguinte: a) proposta de Emenda à Constituição para incluir a garantia do direito à livre orientação sexual e a proibição da discriminação por orientação sexual; b) apoio aos projetos em tramitação no Congresso Nacional, que tratam da parceria civil entre pessoas do mesmo sexo e redesignação de sexo e mudança de registro civil para transexuais; c) aperfeiçoamento da legislação penal no que se refere à discriminação e à violência motivadas por orientação sexual; d) exclusão do termo “pederastia” do artigo 235 do Código Penal Militar, que caracteriza, entre os crimes sexuais, “praticar ou permitir o militar que com eles se pratique ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito à administração militar”; e) inclusão de dados relativos à orientação sexual nos censos demográficos e pesquisas oficiais.

POLÍTICA ANTI – RACISTA

O Brasil foi o último país do mundo a abolir o trabalho escravo, em 1888.

Instituiu o regime de trabalho assalariado sem, contudo, adotar quaisquer medidas que permitissem ao ex-escravo competir, em igualdade de condições com o imigrante. (...)

Na questão do mercado de trabalho, dados do IBGE/PNAD, de 1990, indicam que os homens brancos ganham 6,3 salários mínimos, mais que os homens negros que têm renda de 2,9 salários mínimos. Mulheres brancas ganham 3,6 salários mínimos, contra 1,7 salários mínimos das mulheres negras.

De acordo com dados do IBGE de 1999, homens e mulheres brancas têm renda média de 5,25 salários mínimos, contra 2,43 salários mínimos das pessoas negras e 2,54 salários mínimos das pessoas pardas.

Negros e pardos representam 45% da população, mas são 64% dos pobres e 69% dos indigentes. São considerados pobres os que não ganham o suficiente para pagar uma cesta alimentar mais um mínimo de gastos com vestuário, habitação, transporte, etc. Indigentes são aqueles cujos ganhos não dão nem para adquirir uma cesta alimentar.

POLÍTICAS ANTIDISCRIMINATÓRIAS

Dentre os objetivos da República Federativa está o de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”

Nas relações internacionais, um dos princípios de nosso país é o “repúdio ao racismo”. No capítulo dos direitos e deveres individuais e coletivos está previsto que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” e que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeitos à pena de reclusão.”

RACISMO É CRIME

A Lei 7.716 de 5 de janeiro de 1989, conhecida como Lei Caó, define os crimes resultantes de preconceitos de raça, cor, etnia, religião ou precedência nacional e fixa penas de prisão que variam de um a cinco anos.

A Lei Federal 9.029/95, proíbe a adoção de qualquer prática discriminatória é limitativa para efeito de acesso à relação de emprego, ou sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade.

A convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho – OIT da qual o Brasil é signatário considera que discriminação compreende “toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidade ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão”.

A Lei 3.708/01 aprovada no Rio de Janeiro coloca em prática a política de cotas. As duas universidades estaduais – Universidade Estadual do Rio de Janeiro UERJ e Universidade Estadual Fluminense UENF – devem reservar 40% de suas vagas para negros e pardos.

IDOSOS

A transição demográfica que vem acontecendo no Brasil nas últimas décadas modifica profundamente o perfil etário da população. De um lado, há uma forte redução na taxa de natalidade e de outro um crescimento de expectativa de vida da população. Aumenta o percentual de pessoas com mais de 60 anos no conjunto da população: em 1950, elas representavam 4,4%; hoje são 8,65% da população. São 13.501.830 pessoas, sendo 6.081.442 homens e 7.420.388 mulheres. A cada 12 meses mais 650 mil atingem a idade de 60 anos. Nas próximas décadas isso vai acentuar-se e a previsão é que, em 2025, o Brasil terá 33 milhões de pessoas com mais de 60 anos.

A SITUAÇÃO DO IDOSO E DA IDOSA NO BRASIL

O Brasil em torno de 21,5 milhões de aposentados e pensionistas: 19,5 milhões vinculados ao INSS e dois milhões vinculados ao serviço público. Segundo dados do Ministério da Previdência, é de 82% a cobertura previdenciária de pessoas com mais de 60 anos em nosso país.

No entanto os proventos são muitos baixos: dos 19 milhões e 500 mil aposentados e pensionistas vinculados ao INSS, 12,8 milhões ganham um salário mínimo. O benefício médio de todos os beneficiários é inferior a R\$ 350,00.

No Brasil o sistema público de saúde não está preparado para acolher uma população uma população crescentemente idosa. Só existem 360 geriatras em todo país e apenas 10 vagas de residência médica. Dos 500 mil leitos hospitalares existentes, apenas 9.065, 1,8% do total, são destinados a pacientes sem possibilidades terapêuticas, classificação que inclui os idosos.

Nos transportes coletivos, foi garantida a gratuidade para os maiores de 65 anos. Na saúde, os idosos não filiados à Previdência Social passaram a ter acesso pleno aos serviços existentes. E foi aprovada a Lei 8.842, em 4 de janeiro de 1994, que abriu a possibilidade de uma política abrangente e integral para a terceira idade no Brasil.

OS DIREITOS DOS IDOSOS E IDOSAS

Declaração de Princípios – A organização das Nações Unidas – ONU aprovou na reunião geral da entidade em 3 de dezembro de 1982, a Declaração de princípios para os idosos. O texto relaciona 18 itens, divididos em cinco princípios básicos:

Independência e Participação - Idosos devem ter acesso a comida, água, abrigo, roupas e cuidados médicos; devem ter oportunidade de trabalho e estudo e devem morar em sua própria casa o maior tempo possível. Idosos devem permanecer integrados à sociedade, participando de elaboração e da implementação de políticas que afetem diretamente o seu bem-estar; desenvolver maneiras de servir à comunidade e dividir seus conhecimentos com os jovens.

BEM – ESTAR, DESENVOLVIMENTO E DIGNIDADE.

Idosos devem ser beneficiados pela proteção dos familiares ou da comunidade, por serviços legais e de assistência social, por planos de saúde; devem ter seus direitos humanos respeitados. Idosos devem estar aptos a buscar oportunidade para desenvolver seus potenciais e ter acesso aos recursos educacionais, culturais, religiosos e de recreação que a sociedade ofereça. Idosos devem viver com dignidade e segurança, livres de explorações e maus tratos; devem ser tratados com justiça, independentemente de idade, sexo ou raça.

PROTEÇÃO INTEGRAL AO IDOSO E À IDOSA

A Lei 8.842, aprovada em 4 de janeiro de 1994, coloca a possibilidade de uma política abrangente e integral para a terceira idade no Brasil.

Da finalidade – A política do idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso. Criando condições para promover a sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. De acordo com a lei, considera - se idoso pessoa maior de 60 anos de idade.

Princípios: - A família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem - estar e o direito à vida.

Diretrizes: Viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso; participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas que lhes dizem respeito; priorização de atendimento ao idoso através de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar; descentralização político – administrativa; formação de recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia; implementação de sistema de informações para divulgação das políticas para o idoso, em cada nível de governo; adoção de mecanismos de informação de caráter educativo sobre aspectos biopsicossociais do envelhecimento; priorização de atendimento do idoso em órgãos públicos e privados prestadores de serviços, quando desabrigados e sem família; apoio a estudos e pesquisas sobre questões relativas ao envelhecimento.

TRANSPORTES URBANOS E ATENDIMENTO

Gratuidade no transporte – A Constituição Federal garante que aos maiores de 65 anos é garantida a gratuidade nos transportes coletivos urbanos.

Reservas de Assentos – o que era iniciativa de alguns municípios virou lei federal. Agora, as empresas públicas de transporte e as concessionárias de transporte coletivo deverão reservar assentos, devidamente identificados, para idosos e outros segmentos.

Tratamento Diferenciado – As repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos, bem como as instituições financeiras, estão obrigadas a dispensar

atendimento prioritário aos idosos, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato.

A GESTÃO DA POLÍTICA DO IDOSO (A)

Os conselhos: Os conselhos nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso são órgãos permanentes, paritários e deliberativos, compostos por igual número de representantes da sociedade civil ligadas à área. Compete aos conselhos a formulação, coordenação, supervisão e avaliação da política nacional do idoso, no âmbito das respectivas instâncias político – administrativas.

A Lei n. 10.741/03 – Estatuto do Idoso, entra em vigor em janeiro de 2004, no fim deste material, você encontrará o texto do novo estatuto ou visite o sítio: <http://www.andes.org.br/gtssa.htm> - acessado em 11 de outubro de 2003.

PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

De acordo com censo 2000 14,5% da população brasileira são portadores de deficiência, apresentando os seguintes percentuais;

- 48,1% dos portadores de deficiência no Brasil, um total de 16.573.937 de pessoas, portam algum grau de deficiência visual;
- 22,9%, 7.879.601 pessoas, são portadoras de deficiência motora;
- Cerca de 16,7%; ou seja, 5.750.809 pessoas, são portadoras de deficiência auditivas;
- 8,3%, ou 2.848.684 pessoas, são portadoras de deficiência mental; e
- 4,1%, ou 1.422.224 pessoas, apresentam deficiência física.

A Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989, em seus primeiros artigos, define os princípios de igualdade e respeito à dignidade dos portadores de deficiência.

Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que decorrentes da Constituição e das leis propiciem o seu bem estar pessoal, social e econômico.

O direito à educação dos portadores de deficiência está garantido no art. 208 da Constituição Federal e na LDBE.

A Constituição Federal, no capítulo dos direitos sociais, proíbe qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.

Cotas no Setor Público – A Constituição Federal prevê, no capítulo da administração pública, que a lei estabelecerá percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão. A Lei 8.112/90, que disciplina as relações de trabalho dos servidores federais, prevê que “às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de inscrever – se em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% das vagas oferecidas no concurso”. O Decreto 3.298/99 prevê: “Fica assegurado à pessoa portadora de deficiência o direito de inscrever – se em concurso público, em igualdade de condições com os demais candidatos, para provimento de cargos, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que é portador. O candidato portador de deficiência, em razão da necessária igualdade de condições, concorrerá a todas as vagas, sendo reservados no mínimo o percentual de 5% em face da classificação obtida”.

Cotas no Setor Privado – A Lei de previdência social estabeleceu para as empresas privadas com 100 ou mais empregos a obrigatoriedade de preenchimentos de cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiências, habilitadas na seguinte proporção: 2% até 200 empregados; 3% de 2001 a 500 empregados; 4% de 501 a 1.000 empregados e; 5% de 1001 em diante. Para verificar a eficácia dessas determinações, os Ministérios do Trabalho e da Previdência Social devem gerar estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados, fornecendo – as, quando solicitadas aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados.

Cooperativas Sociais – As cooperativas sociais, podem ser constituídas com a finalidade de inserir as pessoas em desvantagens, especialmente as pessoas portadoras de deficiência, no mercado econômico, por meio do trabalho. Fundamentam – se no interesse geral da comunidade em promover a pessoa humana e a integração social dos cidadãos, e incluem entre suas atividades: a organização e gestão de serviços sócio sanitários e educativos e o desenvolvimento de atividades agrícolas, industriais, comerciais e de serviços.

DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS

Segurança na Previdência – Os trabalhadores segurados da Previdência Social (INSS) têm uma maior proteção social nos casos de serem acometidos por algum tipo de invalidez, bem como os seus dependentes gozam de maiores garantias no futuro. E os benefícios por incapacidade não necessitam de carência ou em alguns casos têm carência de apenas um ano.

Direitos dos segurados – Para os trabalhadores acometidos de alguma incapacidade parcial, a lei previdenciária garante, antes da aposentadoria, o auxílio acidente no valor de 50% do salário – de- benefício.

Garantia de acessibilidade

Constituição Federal – A Constituição Federal prevê em seu artigo 244, que “a lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículo de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência”. Esse artigo da Constituição foi regulamentado, de forma detalhada, somente em dezembro de 200, através da Lei 10.098/00. Essa lei estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. Trata – se de orientações fundamentais para que o Brasil faça uma verdadeira revolução urbana em favor das pessoas portadoras de deficiência.

Acessibilidade e barreiras – É o seguinte o conceito de acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. E por

barreira entende – se: qualquer entrave ou obstáculo que limite e impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas.

Transportes coletivos e individuais

Transporte interestadual gratuito – É concedido passe livre às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carente, no sistema de transporte coletivo interestadual, rodoviário e ferroviário. As empresas permissionárias e autorizatárias de transporte interestadual de passageiros reservarão dois assentos de cada veículo, destinado a serviço convencional, para ocupação de pessoas de portadoras de deficiência carentes. Na hipótese de nenhum beneficiante beneficiário do passe livre demonstrar interesse em viajar, até seis horas antes do início da viagem, as empresas poderão à venda os bilhetes dos assentos reservados.

Assentos no transporte coletivo – As pessoas portadoras de deficiência têm direito ao atendimento prioritário no transporte coletivo. As empresas públicas de transporte coletivo e as concessionárias de transporte coletivo reservarão assento, devidamente identificados, para as pessoas portadoras de deficiência.

Adaptação dos veículos – Os veículos de transporte coletivo a serem produzidos após 12 meses da publicação da Lei 10.048, de 8 de novembro de 2000, serão planejados de forma a facilitar o acesso a seu interior das pessoas portadoras de deficiência. Os proprietários de veículos de transporte coletivo em utilização terão 180 dias, a contar da regulamentação da citada lei, para proceder à adaptações necessárias ao acesso facilitado das pessoa portadoras de deficiência.

Isenção de IPI de veículos – A mesma Lei que concede isenção para automóveis adquiridos por autônomos, como os taxistas, estendeu a isenção para os automóveis adquiridos por pessoas que, em razão de serem portadoras de deficiência física, não possam dirigir automóveis comuns.

Outros direitos dos portadores/as de deficiência

Atendimento prioritário – O que era uma política de alguns municípios virou uma lei nacional. As pessoas portadoras de deficiência física, dentre outros segmentos da população, devem merecer um atendimento prioritário, por meio de serviços industrializados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato, nas repartições públicas, nas empresas concessionárias de serviços públicos e nas instituições financeiras.

Dispensa de licitação – É dispensável a licitação na contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgão ou entidade da administração pública para prestação de serviço ou fornecimento de mão-de-obra, de que o preço contratado seja com praticado no mercado.

Pensão de alimento – Para manutenção dos filhos os cônjuges separados contribuirão na proporção de seus recursos. Este direito vale enquanto os filhos são

menores ou enquanto estiverem cursando uma universidade. Se forem inválidos, enquanto viver. A pessoa responsável pela criança ou adolescente que não tem condições de sustentá-la, pode pedir pensão alimentícia aos parentes do menor, na seguinte ordem: pais, avós, irmãos.

Portadores/as de transtornos mentais

Lei específica – A Lei 10.216/01 trata especificamente das pessoas portadoras de pessoas mentais. Ela enfatiza, em primeiro lugar, os direitos humanos, tão flagrantemente desrespeitados, desse segmento da população. Direitos que devem ser assegurados sem qualquer discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau ou tempo de evolução do transtorno, ou qualquer outra.

Atendimento integral – O regime de internação será estruturado de forma a oferecer assistência integral à pessoa portadora de transtorno mental, incluindo os serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer e outros. E fica, legalmente, vedada a internação de pacientes em instituições com características asilares, ou seja, daquelas que não oferecem assistência integral e que não respeitam os direitos humanos das pessoas portadoras de transtornos mentais.

Redirecionamento do modelo – Uma segunda orientação legal refere – se ao redirecionamento do modelo assistencial em saúde mental, visando alcançar a recuperação das pessoas portadoras de transtornos mentais e sua reinserção na família, no trabalho e na comunidade. Assim, a internação em qualquer das modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares mostrarem – se insuficientes.

Discriminação é crime

Crimes passíveis de prisão – A Lei 7.853/89 define como crime as práticas discriminatórias contra os portadores de deficiência. Constituem crimes, passíveis de reclusão de um a quatro anos, as seguintes práticas: recusar, suspender, procrastinar, cancelar, ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta; obstar, sem justa causa, o acesso de alguém a qualquer cargo público, por motivos derivados de sua deficiência; negar, sem justa causa, alguém por motivos derivados de sua deficiência, emprego ou trabalho; recusar, retardar, ou dificultar internação ou deixar de prestar assistência médico - hospitalar e ambulatorial, quando possível, a pessoa portadora de deficiência; deixar de cumprir, retardar, ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida na ação civil prevista em lei; recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto da lei, quando requisitados pelo Ministério Público.

CRIANÇA E ADOLESCENTE

Há mais de 100 anos que o Brasil aprovou a primeira lei contra o trabalho infantil, o Decreto-lei 1.313, de 17 de janeiro de 1822, proibiu o trabalho noturno em determinadas ocupações, fixou a idade mínima em 12 anos para entrada no mercado de trabalho e previu jornada máxima de sete horas.

Depois de 1930, com Getúlio Vargas e uma maior intervenção do Estado na questão trabalhista, foram adotadas novas leis em relação ao trabalho infantil. A Constituição de 1934 proibiu o trabalho até 14 anos de idade. Em 1935, o governo brasileiro adotou duas Convenções da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre o trabalho infantil: a que fixa a idade mínima de admissão nos trabalhos industriais e a relativa ao trabalho noturno na indústria.

Em 1943, na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, foi consolidada toda legislação até então existente, além de diversas recomendações da OIT.

Com a implantação da ditadura militar, as Constituições de 1967 e 1969 reduziram a proibição para o trabalho dos menores até 12 anos, contrariando a legislação adotada no Brasil desde os 30 anos.

Na área da educação, a situação da criança e do adolescente no Brasil foi marcada também, historicamente, pela exclusão. Em 1950, tínhamos um país ainda marcadamente rural e a educação fundamental de 7 a 14 anos só atingia 36,2% das crianças nessa faixa etária.

Nas últimas décadas esse índice cresceu muito chegando a 96% em 1999, porém, a evasão e a repetência são altíssimas, particularmente daquelas crianças que trabalham.

A qualidade do ensino deixa muito a desejar.

A Constituição de 1988, conferiu um tratamento abrangente para a questão da criança e do adolescente. As conquistas legais foram regulamentadas pela lei 8.069/90, conhecida como ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa nova visão é baseada nos direitos próprios e especiais das crianças e adolescentes, que, na condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, necessitam de proteção diferenciada, especializada e integral.

De acordo com dados do IBGE, temos no Brasil 2,9 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 14 anos trabalhando, num claro descumprimento do que determina a Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente. É o mais grave: perto de 500 mil que trabalham fora de casa são crianças de 5 a 9 anos. Existem 45 mil crianças e adolescentes vivendo em lixões e 580 mil adolescentes trabalhando como empregadas domésticas.

Segundo dados do censo 2001, do Ministério da Educação, 97% das crianças de 7 a 14 anos estão na escola em todo país. A rede pública de ensino fundamental abarca

35.370.016 alunos. O ensino médio na rede pública são 8.417.007 alunos matriculados. O censo 2001 contabilizou 54,5 milhões de estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino, com exceção de educação superior. Desses, 87,6% estão matriculados na rede pública de ensino.

Mas mesmo com os avanços conseguidos, a educação infantil e o ensino fundamental e médio não atingiram a meta de universalização determinada pela Constituição Federal. São 1,1 milhão de crianças na faixa etária do ensino fundamental fora da escola; apenas 36,4% das crianças de 4 anos e 66,6% de 5 e 6 anos freqüentam pré – escolas; as crianças de 0 a 3 anos carecem de estímulo físico, social e emocional, mas somente 8% delas freqüentam creches.

Outro problema grave é a qualidade do ensino. Pesa, em primeiro lugar, a ausência de infra – estrutura; dados do próprio governo apontam que: cerca de 63 mil escolas do ensino fundamental do país, 34,5% do total, sobretudo na área rural não têm energia elétrica; 12 mil escolas também da área rural não água; menos de 8 em cada 100 estabelecimentos do antigo primeiro grau dispõem de equipamentos para atividades pedagógicas, como laboratórios de ciência ou de informática, apenas 3 de cada 100 escolas têm acesso à Internet.

Segundo estimativas da Secretaria de Assistência Social existem no Brasil cerca 195 mil meninos e meninas abandonados em entidades de amparo, públicas ou privadas. Dentre os que estão em orfanatos, a maioria, 120 mil têm mais de 6 anos e menos de 14 anos de idade; as demais 75 mil crianças, têm menos de 6 anos de idade.

A mortalidade infantil é ainda muito elevada no Brasil, são 36 crianças em cada mil nascidas vivas.

De acordo com Ministério da Justiça, somente os casos de violência sexual podem atingir 50 mil por ano em todo o Brasil, praticados principalmente por pais, padastros, vizinhos e irmãos.

Segundo dados da Secretaria Nacional de Segurança pública referentes a 1997, ocorreram 2.211 assassinatos envolvendo menores. Só que em 1.960 desses casos, os menores eram as vítimas.

Quem é criança e adolescente

O Estatuto da criança e do adolescente – ECA, define criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescentes a pessoa entre 12 e 18 anos. Vale dizer que a legislação considera penalmente inimputáveis os menores de 18 anos.

A proteção integral

Garantia Constitucional – A Constituição Federal, em seu artigo 227, prevê que “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e

comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Atendimento prioritário – De acordo com o ECA, a garantia de prioridade para criança e o adolescente se expressa nas seguintes orientações: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção e à infância e à juventude.

Direito à vida e à saúde

Políticas sociais – A criança e o adolescente têm direito à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Garantia na área de saúde – O direito à saúde inclui os programas desenvolvidos pelo Sistema Único de Saúde voltado para a gestante e parturiente; estabelecimento, pelos empregadores e pelo poder público, de condições adequadas ao aleitamento materno; o acesso universal e integral da criança e do adolescente aos serviços de saúde; o atendimento especializado aos portadores de deficiência; adoção de campanhas preventivas de enfermidades que atingem a população infantil, dentre outros; é obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.

Bolsa-Alimentação O Bolsa - alimentação é um programa federal vinculado ao Ministério da Saúde. Consiste na concessão de benefício em dinheiro às gestantes, nutrízes e crianças de seis meses a seis anos e onze meses, em risco nutricional, pertencentes às famílias que possuam renda per capita inferior ao valor fixado nacionalmente em ato do Poder Executivo para cada exercício, para melhoria da alimentação. O benefício será de 15 reais mensais e terá a duração de seis meses. Cada família terá direito a, no máximo, três Bolsas – Alimentação simultâneas. Para receber esse benefício, a família deve empenhar – se em participar de ações de saúde, com enfoques predominantemente preventivos, tais como: pré-natal, vacinação, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento, incentivo ao aleitamento materno e atividades educativas em saúde.

Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade

Direitos humanos – A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Liberdade – o direito à liberdade compreende os seguintes aspectos; ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; opinião e expressão; crença e culto religioso; brincar, praticar esportes e divertir – se; participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; participar na vida política, na forma da lei; buscar refúgio, auxílio e orientação.

Respeito – O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Dignidade – É dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo – os salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Direito à convivência familiar e comunitária

Direito de família – Toda criança ou adolescente tem direito de ser criado e educado no seio de sua família e excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária. Os filhos, gerados ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

O pátrio poder – O pátrio poder será exercido, em igualdade e condições, pelo pai e pela mãe. Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores. A falta ou a carência de recursos materiais não constituem motivo suficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder, e nesses casos a família deve ser obrigatoriamente incluída em programas oficiais de auxílio.

Família substituta – A colocação em família substituta far – se – á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança e do adolescente. Sempre que possível, a criança ou adolescente deverá previamente ouvido e a sua opinião devidamente considerado. “ A família natural é a comunidade primeira da criança. Lá ela deve ser mantida sempre que possível, mesmo apresentando carência financeira. Lá é o lugar onde deve ser cultivados e fortalecidos os sentimentos básicos de um crescimento sadio e harmonioso. Quando essa família por algum motivo, desintegra – se, colocando em risco a situação de crianças e adolescentes, surge, então, a família substituta, que supletivamente, tornará possível sua integração social, evitando a institucionalização” (Liberati, 1991).

Pensão de alimentos – Para a manutenção dos filhos, os cônjuges separados contribuirão na proporção de seus recursos. Este direito vale enquanto os filhos são menores ou estiverem cursando uma universidade. Se for inválido enquanto viver. A pessoa responsável pela criança ou adolescente, que não tem condições de sustenta – la, pode pedir pensão alimentícia aos parentes do menor, na seguinte ordem: pais, avós, irmãos.

Certidão gratuita – Não serão cobrados emolumentos pelo registro civil de nascimento, bem como pela primeira certidão respectiva. Os reconhecidamente pobres estão isentos de pagamento de emolumentos pelas demais certidões extraídas pelo cartório de registro civil.

Exame de DNA gratuito – Uma das grandes dificuldades para comprovação de paternidade ou maternidade, no caso de pessoas carentes, sempre foi os altos custos dos exames de DNA. Agora, uma lei federal garantiu para as pessoas necessitadas, a gratuidade

do exame de código genético – DNA que for requisitado pela autoridade judiciária nas ações de investigação de paternidade ou maternidade. A despesa será paga pelo Estado.

Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer

Educação pública e gratuita – A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. É dever do Estado assegurar: o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive os que a ele não tiveram acesso em idade própria; a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência; o atendimento em creche e pré – escola às crianças de zero a seis anos; a oferta de ensino regular, adequado às condições do adolescente trabalhador; o atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático – escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Responsabilidade da autoridade – O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo e o seu não oferecimento ou a sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

Cultura, Esporte e Lazer – No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura. Os municípios, com o apoio dos Estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Programas Bolsa — O Bolsa - Escola federal, tem as seguintes disposições; a) o programa contemplará as famílias residentes no município, com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo e que possuam sob sua responsabilidade crianças com idade entre seis e quinze anos, matriculadas em estabelecimentos de ensino fundamental regular, com frequência escolar igual ou superior a 85%; b) o programa gerenciado pelo município deve incluir iniciativas que incentivem e viabilizem a permanência das crianças beneficiadas na rede escolar, por meio de ações sócio – educativas de apoio aos trabalhos escolares. De alimentação e de práticas desportivas e culturais em horário complementar ao das aulas; c) a participação da União compreenderá o pagamento, diretamente à família beneficiada, do valor de 15 reais por criança até o limite de três crianças por família. Existem outros programas Bolsa – Escola em diversos municípios, implantados anteriormente ao programa federal.

Comprovação da situação de estudante – A comprovação da situação jurídica de estudante, para efeito de obtenção de eventuais descontos concedidos sobre o valor efetivamente cobrado para o ingresso em estabelecimento de diversão e eventos culturais, esportivos e de lazer, será feita pela exibição de documento de identificação estudantil expedido pelos correspondentes estabelecimentos de ensino ou pela associação ou agremiação estudantil a que pertença, inclusive pelos que já sejam utilizados, vedada a exclusividade de qualquer deles. Isso se aplica também nas hipóteses em que sejam oferecidos descontos a estudantes pelos transportes coletivos públicos locais,

acompanhadas do comprovante de matrícula ou frequência escolar fornecida pelo seu estabelecimento de ensino.

Direito à profissionalização e à proteção ao trabalho

A idade para o trabalho – É proibido qualquer trabalho a menor de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Ao menor de 14 a 18 anos é proibido o trabalho noturno, considerando este o que for executado no período compreendido entre as 22 horas e às 5 horas. Além disso, é vedado também o trabalho do menor nos locais e serviços perigosos ou insalubres e também em locais e serviços prejudiciais à sua moralidade. O trabalho como aprendiz deve se compatibilizar com o seguinte: garantia de acesso e frequência ao ensino regular; atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente; horário especial para o exercício das atividades.

O menor aprendiz – Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado – não pode exceder a dois anos-, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 e menor de 18 anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico – profissional metódica, compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação. A duração da jornada de trabalho do aprendiz não excederá a seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada. Esse limite poderá ser até oito horas para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.

Todos os direitos trabalhistas – A Constituição Federal garante ao menor todos os direitos trabalhistas, incluindo o direito ao recebimento de salário igual em igual função do trabalhador adulto, desde que não colidam com as regras específicas aplicáveis ao trabalho do menor previstas legalmente.

Proibição das piores formas de trabalho – O Brasil promulgou a convenção 182 da OIT – Organização Internacional do Trabalho, que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil. Dentre as 82 piores formas de trabalho infantil, estão incluídas: trabalho em colheita de cítricos, casas de farinha de mandioca, manguezais, beneficiamento e industrialização de cana – de – açúcar, tratamento de castanha de caju, venda de bebida alcoólica; trabalho na construção civil, nas indústrias de cerâmicas, olarias nas áreas de fornos ou com exposição à umidade excessiva, destilarias ou depósito de álcool, câmaras frigoríficas, lavanderias industriais, serralherias e indústrias de móveis.

Direitos previdenciários e assistenciais

Direito previdenciários – Ao menor quando empregado são garantidos todos os direitos previdenciários: a contagem do tempo para aposentadoria, o auxílio - doença, auxílio - acidente, dentre outros. O menor, a partir dos 16 anos pode inscrever – se no INSS também como segurado individual: autônomo, empresário e facultativo. As crianças até 14 anos são incluídas nas cotas do salário – família de seus pais quando segurado do INSS. Já

os filhos e filhas menores de 21 anos são dependentes de seus pais segurados do INSS, e fazem jus à pensão por morte no caso de falecimento de um deles.

Assistência social – A política de assistência social garante que na organização os serviços será dada prioridade à infância e à adolescência em situação de risco pessoal e social, objetivando cumprir as determinações constitucionais. Na assistência social da União, dos Estados e dos Municípios existem inúmeros programas voltados para a proteção da criança e do adolescente.

Programa contra o trabalho infantil – Um exemplo desses programas assistenciais desenvolvidos pelos entes estatais, é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, desenvolvidos pela União com a participação dos Estados e Municípios. O PETI visa erradicar o trabalho infantil nas atividades perigosas, insalubres, penosas ou degradantes nas zonas urbanas e rural. Dentre os objetivos do PETI estão: a) implantar atividades complementares à escola, como a jornada ampliada, com valores variáveis de 10 reais a 220 reais de acordo com o público alvo; b) conceder uma complementação mensal de renda a Bolsa Criança Cidadã: os valores variam de 25 reais a 40 reais. Os públicos alvos do PETI são: a) famílias com renda per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, com crianças e adolescentes de 7 a 14 anos trabalhando em atividades consideradas perigosas, insalubres, penosas e degradantes; b) adolescentes de 15 anos de idade vítimas de exploração de sua mão – de – obra, em situação de extremo risco; c) crianças e adolescentes de 7 a 15 anos, oriundos de família com renda per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, vitimados pela exploração sexual.

Conselho Tutelar

A função do Conselho – O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade em zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Em cada município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar, composto por cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar serão exigidos os seguintes requisitos: reconhecida idoneidade moral, idade superior a 21 anos e residir no município.

Outros direitos previstos em lei

Outros dispositivos do ECA – Além dos direitos da criança e do adolescente tratados anteriormente, o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, ao longo de seus 267 artigos, prevê uma enorme quantidade de medidas protetoras. Dentre elas podemos citar: disposições sobre guarda, tutela e adoção; medidas preventivas; política de atendimento; medida de proteção; da prática do ato infracional; as medidas pertinentes ao pai ou responsável; o acesso à justiça; dos crimes contra criança e o adolescente; etc...

ARAÚJO, José Prata. Cidadania – Políticas de Igualdade no Brasil. Minas Gerais, Editora Bis, 2002.